



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 14/2022 - UE-CB/GE-CB/CMPCBE/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) cinco dia(s) do mês de novembro de 2022, às 15 horas e 30 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Profª Dra. Luciene Pereira da Silva Gonçalves (orientadora), Profª Ma. Samara Gonçalves Lima (membro), Profº Dr. Sidney de Souza Silva (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “A representação da criança autista na literatura infantil: uma análise da obra ‘Mundo azul’ de Romilda Ferreira” do(a) estudante Eliene Morais dos Santos, Matrícula nº 2018211221351479 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

Profª Dra. Luciene Pereira da Silva Gonçalves
Orientadora/Presidente da Banca

(Assinado Eletronicamente)

Profª Ma. Samara Gonçalves Lima
Membro

(Assinado Eletronicamente)

Profº Dr. Sidney de Souza Silva
Membro

Acadêmico

Documento assinado eletronicamente por:

- Samara Goncalves Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/11/2022 12:17:23.
- Sidney de Souza Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/11/2022 21:45:54.
- Luciene Pereira da Silva Goncalves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/11/2022 18:39:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/11/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 443525
Código de Autenticação: f2b0af1831



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Campos Belos
Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal nº 614, None, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000
(62) 3451-3386

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Eliene Moraes dos Santos

Matrícula:

2018211221351479

Título do trabalho:

A representação da criança autista na literatura infantil: uma análise da obra Mundo Azul de Romilda Ferreira

RESTRICÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 15 / 11 / 2022

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Aparecida de Goiânia

Local

12 / 11 / 2022

Data

Eliene Moraes dos Santos

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Rosicene Pereira da Silva Gonçalves

- Assinatura do(a) orientador(a)

A REPRESENTAÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA LITERATURA INFANTIL: UMA ANÁLISE DA OBRA MUNDO AZUL DE ROMILDA FERREIRA

Eliene Moraes dos Santos¹

Luciene Pereira da Silva Gonçalves²

RESUMO

Diante do tema sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como as características da pessoa autista, chama a atenção a representação da criança autista na literatura infantil. Diante disso, esta pesquisa buscou analisar a representação da criança autista no livro Mundo Azul de Romilda Ferreira. Além disso, buscou-se discorrer sobre a importância da literatura infantil na aprendizagem, bem como a inclusão escolar da criança autista e seus desafios. A metodologia utilizada foi descritiva e exploratória, tendo em vista que foram utilizados os recursos de pesquisa bibliográfica. Como resultados verificou-se que a obra retrata a vida de uma criança autista e seu encontro com a música como forma de acolhimento e expressão de seus sentimentos. Identificou-se ainda que faltam normas e legislação específicas voltadas para práticas educacionais dedicadas para a criança autista.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

Faced with the theme of Autistic Spectrum Disorder (ASD), as well as the characteristics of the autistic person, the representation of the autistic child in children's literature calls attention. Therefore, this research sought to analyze the representation of the autistic child in the book Mundo Azul by Romilda Ferreira. In addition, we sought to discuss the importance of children's literature in learning, as well as the school inclusion of autistic children and their challenges. The methodology used was descriptive and exploratory, considering that the resources of bibliographic research were used. As a result, it was found that the work portrays the life of an autistic child and his encounter with music as a way of welcoming and expressing his feelings. It was also identified that there is a lack of specific norms and legislation aimed at educational practices dedicated to the autistic child.

Keywords: Children's literature. Autistic Spectrum Disorder (ASD). Inclusive education.

1. INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa considera a escassez de técnicas pedagógicas ou práticas didáticas voltadas ao estímulo da leitura com crianças autistas. Junto aos desafios de desenvolver a formação do leitor literário desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental, o trabalho com estudantes autistas demanda obstáculos quando se trata de materiais e até mesmo formação docente, já que a Educação Inclusiva fica a

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia Ead no Instituto Federal Goiano. E-mail: moraisdossantoseliene@gmail.com

² Doutora em Química pela Universidade Federal de Goiás na área de Ensino em Química, Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás.

cargo de profissionais de apoio que nem sempre têm a formação necessária para atender ao público da inclusão. Um dos obstáculos para essa formação literária está na própria necessidade de levar, para o trabalho com o estudante autista, textos em que ele se sinta representado e, portanto, se identifique.

Discorrer sobre a representação do autista na literatura infanto-juvenil é importante não só para crianças autistas, mas também para toda a sociedade já que pensar na representatividade do autista na literatura efetua uma reflexão sobre o cuidado com materiais específicos quando se trata de estudantes da inclusão e na representatividade como forma de dar lugar e voz ao autista não somente como sujeito da inclusão, mas, acima de tudo, como sujeito que consome e produz cultura. Para além da prática pedagógica no sentido geral, analisar a representação do autista em textos literários contribui para uma prática pedagógica inclusiva e também para a discussão sobre a literatura como lugar de construção identitária, artística e social. Desse modo, esta proposta de análise do livro "Mundo Azul", de Romilda Ferreira, traz o intuito de refletir sobre a criança autista não somente pela perspectiva do processo ensino-aprendizagem, como pela literatura e pelo viés social.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a representação do autista na obra Mundo Azul de Romilda Ferreira. Por sua vez, os objetivos específicos direcionam-se a: i) discorrer sobre a educação inclusiva e a inclusão escolar da criança autista; e ii) caracterizar a obra Mundo Azul, identificar a qual público se destina e como ela aborda o autismo. Para isso esta pesquisa se divide nas seguintes seções: referencial teórico, metodologia, discussão e análise, além das considerações finais e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordada a importância da literatura no processo de ensino e aprendizagem e para a formação da criança. Além disso, será discutido sobre o Transtorno do Espectro Autista.

2.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se refere a uma gama de condições que possuem como característica algum grau de comprometimento no comportamento social, comunicação e linguagem, e por uma série estreita de vontades de atividades que são únicas para o indivíduos e realizadas de forma repetitiva. O TEA se inicia na infância e persiste na adolescência e também na idade adulta, sendo comum ser identificado nos cinco primeiros anos de vida do indivíduo (OMS, 2022).

Os primeiros estudos sobre o TEA foram desenvolvidos pelo psiquiatra Leo Kanner (1943), Kanner observou o comportamento de 11 crianças e denominou o transtorno como “distúrbio inato do contato afetivo” e também nomeou como “transtorno autista”, “autismo na infância” ou “autismo infantil”. Nos relatos do psiquiatra, as crianças observadas tinham em comum a falta de interesse habitual nas outras pessoas e no contato com o ambiente social. Além disso, o médico detalhou outros comportamentos que considerou característicos do distúrbio, sendo eles: comportamentos motores aparentemente sem propósito, como balançar o corpo, andar na ponta dos pés e sacudir as mãos; entrar em pânico se qualquer coisa estivesse fora do lugar. Para estas características, Kanner utilizou o termo resistência a mudanças (WOLKMAR, WIESNER; 2019).

Outro autor que contribuiu nos estudos iniciais sobre o TEA foi o médico Hans Asperger (1944), escreveu sobre meninos que tinham problemas sociais acentuados, mas tinham boa linguagem, outra característica era sobre interesses especiais abrangentes, que os tornavam como “pequenos professores”. Além disso, os meninos observados apresentaram ter problemas motores significativos. Os interesses especiais descritos por Asperger era a observação de foco em algum tema, era comum os meninos apresentarem interesse em dinossauros, cobras e até mesmo mercado de ações, soletração, ópera. Vale destacar que para Asperger esta condição era tida como um traço de personalidade do que um transtorno de desenvolvimento, e para ele, em geral, a condição não reconhecida antes dos 3 anos de idade do indivíduo. A denominação para esta condição feita por Asperger foi de “Autistic Psychopathy”, que pode ser traduzida como “Transtorno da Personalidade

Autista”. Desse modo, Aperger utilizou a palavra autista mesmo sem conhecer os estudos realizados por Kenner, o médico ainda viveu muitos anos após seus estudos sobre a condição e observou muitos casos ao longo de sua carreira, e mesmo no final de sua vida, ele acreditava que a patologia era diferente do autismo infantil (WOLKMAR, WIESNER; 2019).

Ao final da década de 1970 emergiu na comunidade médica o consenso sobre o conceito de autismo. Desse modo, em 1980 o transtorno passou a ser incluído na terceira edição das diretrizes diagnósticas da Associação Americana de Psiquiatria, ou seja, ele foi incluído no livro Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM - III). Por sua vez, a atualização mais recente do manual DSM-V em 2013, trouxe modificações para o conceito a respeito do autismo. Nessa atualização, a principal mudança foi a eliminação das categorias Autismo, Síndrome de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação, portanto, passa a existir somente uma denominação: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, o DSM-V descreve o TEA como um transtorno do desenvolvimento neurológico, que está presente desde o nascimento, ou início da infância, mesmo que não tenha sido diagnosticado antes (NAZARI, NAZARI, GOMES; 2017)

De acordo com o DSM-V, o Transtorno do Espectro do Autista deve atender os seguintes critérios: i) déficits persistentes e clinicamente significativos na comunicação social e interações sociais, como falta de reciprocidade social; ii) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades, como comportamentos motores e verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomum; iii) os sintomas devem estar presentes no início da infância, porém podem não se manifestar completamente. Esta definição adotada pelo DSM-V tem sido a nomenclatura mais aceita no âmbito educacional, e é a mais difundida no ambiente acadêmico e educacional (NAZARI, NAZARI, GOMES; 2017).

2.2 LITERATURA INFANTIL E SEU PAPEL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Segundo Albino (2010), a literatura infantil suscita reflexões sobre seu receptor, o público infantil. Desse modo, pensar a literatura infantil significa além da construção

linguística, mas uma obra que já tem seu receptor, e que já é direcionada para as crianças. Para o autor, o surgimento da literatura infantil ocorreu na Europa, no contexto da Revolução Industrial no século XVIII. Nesse contexto, a criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura e passa ser vista como detentora de um novo papel na sociedade, um ser frágil, desprotegido e dependente, e nesse sentido também se observa o surgimento da escola (ALBINO, 2010).

Nesse sentido, levou-se bastante tempo para que as crianças fossem consideradas parte de uma sociedade e que seus vínculos com a família e a escola se tornassem tema de estudo. Anterior ao século XVI a concepção de infância era bem diferente da que se tem no período atual, pois o indivíduo só era considerado parte da sociedade na fase adulta, sendo assim, a infância era considerada uma fase a parte da que era importante socialmente. Desse modo, a criança ouvia as mesmas histórias que os adultos, e isso era um costume desse período, sendo que as crianças que faziam parte das camadas mais abastadas tinham acesso aos clássicos literários. E por outro lado, as crianças oriundas de classes menos abastadas ouviam lendas e mitos (BARROS, 2013)

De acordo com as autoras Zilberman e Lajolo (1986), com a ascensão da burguesia antes do século XIX, houve maior investimento na educação, de modo que a infância passou a ser tida com maior interesse. Desse modo, a infância foi estabelecida como uma fase de vulnerabilidade do indivíduo, fase que deveria suscitar maior proteção contra doenças e mazelas sociais. Assim, com essa atenção direcionada ao período da infância surgem instituições voltadas para pensar o lugar da criança na sociedade, bem como o aparecimento de escolas voltadas para as crianças (ZILBERMAN, LAJOLO; 1986)

A partir da valorização da infância, também surge a preocupação com o controle do crescimento intelectual da criança e de suas emoções. E nesse sentido, a literatura e a escola são organizadas de modo a cumprir a tarefa de educar as crianças, e isso faz com que aumente o consumo de obras impressas, como argumenta o autor Barros (2013):

Esse processo aperfeiçoa a tipografia e a expansão da produção de livros, o que inicia o estreito laço entre a literatura e a escola. Produto da industrialização, o livro surge visando um mercado específico cujas características respeitam posturas pedagógicas e afirma valores burgueses a fim de assegurar sua utilidade. E a literatura surge, a partir dessas grandes transformações, na ordem sócio-política e econômica (BARROS, 2013 p. 6)

Desse modo, o surgimento da literatura ocorre para aproximar leitura e escola, ao mesmo tempo em que reafirma posturas pedagógicas a fim de que as crianças ganhem atenção enquanto indivíduo em formação. Nesse contexto aumenta-se o número de histórias voltadas para o mundo infantil. Verifica-se que os livros com mais notoriedade eram de contos de fadas, histórias fantásticas e de fantasias. Dentre elas destacam-se *La Fontaine* (1968), e *Os Contos de Mamãe Gansa* (1967) (COSTA, 2020).

No Brasil, o marco do início da literatura infantil aconteceu na década de 1920 com a publicação do livro *A menina do nariz arrebitado*, do autor Monteiro Lobato. Foi a partir deste marco que a literatura de Monteiro Lobato ficou conhecida como o início da produção literária brasileira, sendo o autor conhecido como pai da literatura infantil do Brasil. Marcas de suas obras eram a linguagem simples e coloquial, algo que diferenciava das outras obras infantil marcadas com a linguagem informal (ALBINO, 2010).

Segundo o autor Barros (2013), o século XIX foi considerado o de maior visibilidade da criança, e foi nesse período que aumentaram os estudos sobre o crescimento cognitivo e emocional da criança, e dessa forma as ciências psicológicas, sociológicas e pedagógicas também se debruçaram sobre o tema. A literatura como recurso pedagógico ganha relevância, e os livros literários atuam como ferramenta de aprendizagem para transmissão de conhecimento, normas e valores sociais com a finalidade de educar o caráter da criança de forma ética e intelectual (COSTA, 2020; BARROS 2013).

Para a autora Lajolo (2002), a utilização da literatura como ferramenta didática é um método bastante utilizado quando o objetivo é a transmissão de algum conhecimento alinhado com a interpretação de adultos. No entanto, a autora considera esse método como uma postura negativa, haja vista que ela pode ser limitadora para que a criança crie uma percepção crítica e autônoma. Segundo a autora, o alinhamento entre literatura e ambiente escolar, na maioria das vezes, tem como princípio a formação da criança para algum fim educativo adulto. Exemplo disso é observado quando se analisa que a maioria das obras literárias que são utilizadas no ambiente escolar são obras produzidas por autores clássicos (LAJOLO, 2002; COSTA, 2020).

A partir do aumento das pesquisas voltadas para a área infantil no século XX, verifica-se que a literatura passou a ter alto status como metodologia de trabalho na área

educacional. Durante o período entre as décadas de 30 e 60 observa-se que os gêneros literários se ampliaram para além das narrativas, que tinha considerável destaque, tendo ganhado espaço os gibis, livros informáticos, cartilhas didáticas e outras linguagens tecnológicas. Já na década de 70 a literatura infantil passa a ser identificada como um bom auxílio para a construção do conhecimento intelectual e cultural da criança. Diante disso, assistiu-se à criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, que tinha como finalidade as funções de coeditar considerável quantidade de obras infantis e juvenis que eram usadas como materiais na comunidade escolar, haja vista que na época o índice de leitura era baixo (BARROS, 2013; COSTA; 2020).

Diante disso, a leitura se consagra como forma de acesso a construção do conhecimento, é por meio dela que o indivíduo passa a formar sua concepção de mundo, ao mesmo tempo em que se torna um ótimo exercício da linguagem, assim, o autor Cosson (2005) afirma que:

A prática da literatura, seja pela leitura, seja pela escritura, consiste exatamente em uma exploração das potencialidades da linguagem, da palavra e da escrita, que não tem paralelo em outra atividade humana. Por essa exploração, o dizer o mundo (re)construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se como uma prática fundamental para a constituição de um sujeito da escrita (COSSON, 2005, p. 16)

Para o autor, a literatura proporciona experiências importantes na formação do indivíduo, isso porque a literatura é uma forma de conhecimento que proporciona conhecer as pessoas, o mundo, como também conhecer a si mesmo. É por meio da literatura que o indivíduo tem acesso ao entendimento de como o ser humano se constitui e qual é seu papel na sociedade. A literatura permite a inserção do outro no próprio ser, sem que se perca a identidade, através dela o indivíduo consegue viver como o outro, romper as fronteiras do tempo e espaço (COSTA; 2020).

Segundo Soares (2008), a linguagem atua como ajuda no direcionamento do pensamento da criança, por meio do imaginário a criança desenvolve a compreensão da vida. Nesse sentido, o livro infantil é uma ponte que permite o contato da criança com o mundo e seus desdobramentos. Diante do período de alfabetização/letramento deve-se ter em mente que o primeiro contato alfabetizador da criança é com o grupo familiar, e seu segundo grupo social será o contato com o contexto escolar. Neste ambiente escolar a criança irá aprender a linguagem aplicada de forma mais formal do que a que aprendeu

em casa, com sua família. No entanto, vale destacar que essa aprendizagem não pode ser apenas de forma instrumental, ela deve ser de forma dialógica e ter significados socioculturais. Por isso, o processo de alfabetização/letramento não pode simplesmente exigir as práticas escolares, mas deve incluir as práticas culturais e sociais, nas quais a leitura tem papel relevante (SOARES, 2008; FERREIRA, 2021)

A literatura cumpre um papel importante na aprendizagem, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação, quando o professor lê para a criança muitos campos de experiência são contemplados, como a fala e a escrita (BRASIL, 1998). Por sua vez, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Literatura Infantil pode ser considerada como uma porta de entrada para o campo da leitura. Diante disso se faz importante identificar a variedade de textos que compõem a literatura, como fábulas, contos de fadas, contos maravilhosos, mitos, lendas, adaptações de textos da literatura mundial, trava-línguas, cordel, parlendas e outros. Por meio da literatura o professor pode trabalhar não só com a fala e escrita, mas também pode contribuir para a diversidade, respeito ao meio ambiente e outros assuntos que interessam toda a sociedade (BNCC, 2018).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção se propõe a descrever a metodologia utilizada nesta pesquisa a analisar a representação do autista na obra Mundo Azul de Romilda Ferreira. O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório. Segundo Prodanov; Freitas (2013), a pesquisa descritiva tem por interesse a descrição de características de alguma população e a relação entre variáveis. E desse modo, se utiliza da observação, registro, análise e ordenação dos dados. Por sua vez, a pesquisa exploratória é aquela em que se busca a ampliação de informações sobre determinado assunto que se pretende investigar. Diante do exposto, a pesquisa se utiliza de pesquisa bibliográfica ao identificar a literatura sobre o tema pesquisado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção é discutido sobre a educação inclusiva e a inclusão escolar da criança autista. Além disso, é feita a análise da obra Mundo Azul de Romilda Ferreira.

4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Para discorrer acerca da Educação Inclusiva, faz-se necessário apontar os conceitos sobre educação, políticas públicas, necessidades educativas especiais e educação inclusiva. Nesse sentido, segundo o autor Martins (1990), entende-se por educação o processo de ação da sociedade sobre o educando, com a finalidade de integrá-lo socialmente nos padrões sociais, econômicos e políticos. Por sua vez, políticas públicas se referem as ações que o governo faz e deixa de fazer no que se refere à educação, bem como os impactos dessas ações ou omissões. Por fim, as necessidades educativas especiais se referem aos alunos que detêm determinadas condições específicas, podendo necessitar de apoio de serviços de educação especial durante parte ou todo seu percurso escolar (CORREIA, 1997)

Diante disso, por Educação Inclusiva, Scotto (2008) ressalta que:

Educação Inclusiva exige o atendimento de Necessidades Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa - escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança. (SCOTTO, 2008, p. 12).

Por meio do trecho, verifica-se que a Educação Inclusiva não se restringe somente a oferta de educação para portadores de deficiência, mas sim para todas as crianças. A Educação Inclusiva tem como pauta a diversidade, a interação de todos os grupos, sendo assim, o acolhimento escolar deve ser igualitário.

A Educação Inclusiva no Brasil tem sua fundamentação a partir da década de 1990, por meio da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais: Acesso e Qualidade que ocorreu em 1994 na Espanha. Nessa conferência foi publicada a

Declaração de Salamanca que definiu políticas e práticas da Educação Especial. Dessa forma, a inclusão de estudantes com necessidades educativas em classes regulares passou a ser considerada uma forma de democratização das oportunidades educacionais. É na Declaração de Salamanca que as escolas inclusivas são proclamadas como a forma mais eficaz de combate a discriminação. Assim, fica determinado que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, sociais, emocionais ou linguísticas (SOUTO, 2014)

Ainda em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, na qual consta a orientação de que o processo de integração nacional que estabelece o acesso às classes comuns do ensino regular para alunos com necessidades especiais educacional e aqueles que não tem. De modo geral, essa política não provocou uma reformulação das práticas educacionais, mas reafirmou a responsabilidade diante dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Por sua vez, em 1996 é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), pela qual os sistemas de ensino assumem o dever de assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos voltados ao atendimento de suas necessidades. Também é assegurado terminalidade específica para os alunos que não conseguirem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, bem como assegura a aceleração de estudos para os alunos superdotados para a conclusão do programa escolar (BRASIL, 1994; BRASIL, 1996). Já em 1999, foi lançado o decreto o Decreto nº 3.298 (Brasil, 1999), que regulamenta a Lei nº 7.853/89. Nessa lei fica disposto a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio da qual a educação especial ganha a definição de modalidade transversal a todos os níveis de ensino, com ênfase na educação especial como complementar ao ensino regular (BRASIL, 1999).

Já em 2002, verifica-se que a Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabeleceu a Diretrizes Curriculares Nacionais que tinha como finalidade a formação de professores da educação básica. Dessa forma, ficou definido que as instituições de ensino superior devem prever no âmbito de sua organização curricular a formação docente voltada para o atendimento à diversidade. Dessa forma, os conhecimentos da formação devem contemplar os conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda em 2002, foi publicada a lei nº 10.436/02 que estabeleceu o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como forma de comunicação

e expressão, bem como a inclusão de Libras no currículo de formação de fonoaudiologia (BRASIL, 2002; SOUTO, 2014).

Por sua vez, em 2003 foi implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Este programa teve como finalidade apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, de modo a promover amplo acesso ao processo de formação de gestores e educadores nas cidades brasileiras para garantir o direito de todos à educação. Já em 2004, foi publicado pelo Ministério Público Federal o documento: “O Acesso de Alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”. Este documento teve por objetivo a disseminação dos conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, assegurando os benefícios advindos da escolarização de alunos com e sem deficiências nas turmas de ensino regular (SOUTO, 2014).

Nesse sentido, foi implantado os Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e Distrito Federal em 2005. Estes centros de referência foram organizados para o atendimento educacional especializado, orientação às famílias e formação continuada aos professores, marcando a organização da política inclusiva. Em 2006 acontece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi aprovada pela ONU, nela fica estabelecido que os países devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino para a maximização do desenvolvimento acadêmico e educacional (SOUTO, 2014). Outro marco na evolução da educação inclusiva ocorreu em 2007, com a implementação do Decreto nº 6.094/2007, que estabeleceu as diretrizes do compromisso Todos pela Educação, com a garantia de acesso e permanência no ensino regular e o atendimento das necessidades especiais educacionais dos alunos (BRASIL, 2007; SOUTO, 2014).

4.1 INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA AUTISTA

Conforme citado anteriormente, o Transtorno do Espectro Autista diz respeito a uma série de condições que possuem como fator comum algum grau de comprometimento no comportamento social, segunda a Organização Mundial de Saúde. Diante disso, será

discutido nessa seção como evoluiu as questões de inclusão da criança autista na sociedade e na escola.

Ao ingressar na escola, a criança autista pode ter seu comportamento associado a falta de interesse na participação das aulas, nesse sentido o autor Santos, afirma que:

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (SANTOS, 2008, p. 9).

O relato do autor mostra a realidade de muitas crianças autistas ao ingressar na escola, o fato de seu comportamento ser mau visto no ambiente escolar. Nesse sentido, faz-se necessário formação para professores e toda equipe escolar de como reconhecer, e como direcionar metodologias adequadas para o desenvolvimento escolar da criança autista.

A Constituição Federal, por meio de seu artigo 205 prevê a educação como um direito de todos, portanto, tem-se constitucionalmente a garantia de direitos educacionais para pessoas autistas. Além disso, o inciso I do artigo 206, da Constituição Federal, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Outra garantia relacionada a inclusão escolar, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece respaldo para que o ensino da pessoa com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado no ensino regular, preferencialmente, assim como em decretos e documentos.

Por sua vez, em 27 de dezembro de 2012 foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, por meio da Lei nº 12.764. Através dessa lei, fica garantido o direito da pessoa com TEA o acesso à educação e ao ensino profissionalizante com as adaptações cabíveis que contemplem suas necessidades.

Já a Base Nacional Comum Curricular não discute propriamente práticas voltadas para a criança autista, mas sim faz referência a educação necessária para a pessoa com deficiência, ao mencionar a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e estabelece o compromisso de garantir à pessoa com deficiência um sistema educacional em todas as etapas e modalidades da educação.

4.2 ANÁLISE DA OBRA MUNDO AZUL DE ROMILDA FERREIRA

A obra Mundo Azul de Romilda Ferreira foi escrita pela autora Romilda Ferreira e publicada em 2018, na cidade de Goiânia, por meio da editora Kelps com ilustrações da artista Marcella Andrade e é destinada para crianças a partir dos três anos. A autora se inspirou na história de seu sobrinho, Maurício Andrade Garcêz Henrique para escrever a história. Seu sobrinho, Maurício, é autista e através da música pode se integrar mais com as outras pessoas e com a família. A história se inicia falando sobre um menino, protagonista da história, que observava tudo e todos, mas que não conseguia ultrapassar as paredes do “Mundo Azul”.

Ao decorrer da história, a autora fala sobre o apego ao brinquedo T-Rex que o menino tem, no qual ele passava horas brincando e lendo a respeito de dinossauros. Este ponto coloca em destaque o fato de que crianças autistas apresentam o padrão repetitivo de comportamento, que é um dos critérios do DVM-V para caracterizar o autismo. Ao decorrer da história, o livro mostra que o tempo foi passando e o “Mundo Azul” se tornou quieto, silencioso e solitário. Nesse ponto da história é apresentada uma nova personagem que desempenha um papel importante, apresentar o mundo da música para o menino. O trecho a seguir evidencia este ponto:

Mas o menino deixou que a porta
Do seu mundo ficasse com uma
Pequena abertura.
Naquele dia ele ouviu um som de um
Teclado e a voz da menina que cantava uma LINDA CANÇÃO (FERREIRA,
2018, p.13)

Este trecho mostra a passagem de quando o personagem principal, o menino do Mundo Azul, vai se interessar por música. Nesse ponto da história a personagem que convida o menino para cantar, ganha destaque ao promover o acolhimento do personagem

principal. Este acolhimento musical ocorreu com a figura de uma musicoterapeuta. A musicoterapia pode ser definida como a utilização da música por um musicoterapeuta qualificado para promover a comunicação, aprendizagem, mobilização, expressão, organização e outros objetivos terapêuticos (FMM, 1996). Com esta nova personagem, o menino irá mostrar seus sentimentos as outras pessoas por meio das canções que irá compor e cantar, e assim o livro finaliza com a letra da canção Música Mundo Azul:

Lá estava ele sentado num banco, a olhar pro céu, aquela imensidão.
Olhava tudo e todos, mas não conseguia sair daquela solidão.
Por isso o pequeno se apegava ao seu brinquedo preferido, um
Dinossauro, com o qual passava muitas horas a brincar e daquele amigo tão
querido pesquisar.
Haviam números, cálculos e fórmulas que poucos, poucos podiam
compreender.
Aquilo tudo fascinava o garotinho e lhe dava um grande prazer.
Mas um som diferente foi ouvido, uma menina que cantava uma canção.
E o menino abriu a porta do seu mundo. Deixou falar mais forte a voz do
coração.
Dia após dia aquela porta foi se abrindo, e ele cantava tanto quanto um
rouxinol.
Meio sem jeito ele foi se acostumando e sua música brilhava mais que o sol.
E aquela amizade só crescia, trazendo ao mundo azul um colorido. Sua canção
tinha tom de alegria, e conquistou a todos com seu grande brilho! (FERREIRA,
2018, P. 24).

A partir da canção, verifica-se que durante toda a história a autora busca retratar como o Mundo Azul se refere ao mundo do personagem principal, como ele lida com seu brinquedo preferido e como a música se tornou importante para ele expressar seus sentimentos para as outras pessoas. Este livro se torna relevante ao expor a vida de uma criança autista, e mostrar como a arte pode ajudar no acolhimento e integração a sociedade, por meio dessa obra busca-se trabalhar conceitos como identidade da criança autista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa, verificou-se que a na obra Mundo Azul se retratou a criança autista, de forma lúdica, apontando desde suas características que fazem parte do TEA até seu encontro com a música, como forma de acolhimento e expressão de sentimentos. No que se refere a inclusão da criança autista, muito já se conquistou em termos de

legislação e política pública, porém, ainda se faz necessário formações voltadas para o atendimento de pessoas autistas, bem como mais publicações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, L. C. D.. **A literatura infantil no Brasil: origem, tendências e ensino**, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8682229-A-literatura-infantil-no-brasil-origem-tendencias-e-ensino.html> Acesso em: 25 set. 2022.
- BARROS, P. R. P. D. B. **A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium, São Paulo, 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96)**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 set. 2022.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/Seesp, 1994.
- CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Classe Regular**. Porto: Porto Editora, 1997.
- COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2005.
- COSTA, A. C. **A importância da Liretratura Infantil no desenvolvimento da criança: uma revisão bibliográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Federal Goiano, Ipameri, 2020.
- FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA. O que é musicoterapia? Musicoterapia UFMG, 1996. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/index.php/o-que-e/>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.
- FERREIRA, C. S. J. **A literatura no contexto da educação infantil: uma revisão bibliográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontífca Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.
- FERREIRA, R. **Mundo Azul**. Kelps, Goiânia, 2018.
- LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2002.
- MARTINS, J. **Didática Geral**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NAZARI, A. C.; NAZARI, G.; GOMES, M. A. **Transtorno Do Espectro Autista: Discutindo O Seu Conceito E Métodos De Abordagem Para O Trabalho**. p. 1–13, 2017. NORTE, D. M. Prevalência Mundial Do Transtorno Do Espectro Do Autismo : Revisão Sistemática E Metanálise, Tesis de Grado. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-doespectroautista#:~:text=O%20transtor%20do%20espectro%20autista,e%20realizadas%20de%20forma%20repetitiva>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SCOTTO, A. **A inclusão escolar na rede de ensino estadual** (2008). Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5 ed. São Paulo Contexto, 2008.

SOUTO, M. T. **Educação Inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Artemed, Porto Alegre, 2019.

ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos**. São Paulo: Global, 1986